COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 3.546, DE 2012

Modifica a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.

Autor: Deputado Ivan Valente

Relatora: Deputada Rosane Ferreira

I - RELATÓRIO

Esta Comissão recebeu o Projeto de Lei em epígrafe para a devida análise de mérito. Trata-se de matéria alterando os arts. 8º e 9º da Lei nº 12.587/12, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. O PL prevê a publicidade dos elementos que instruem análise de reajustes, revisões ordinárias ou extraordinárias das tarifas, assim como dos fundamentos de decisão proferida pelo poder público, a respeito das tarifas do transporte público coletivo urbano.

Em rito ordinário, a proposta foi distribuída à apreciação conclusiva das Comissões de Desenvolvimento Urbano, Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania, cujo parecer será terminativo quanto à constitucionalidade ou juridicidade da medida.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Sem dúvida a edição da Lei nº 12.587/12, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, representou um marco no trabalho do Congresso Nacional em benefício do povo brasileiro.

Afinal, a mobilidade urbana é um tema que perpassa o cotidiano dos milhões de cidadãos que dependem do transporte público coletivo para seus deslocamentos cotidianos. O censo de 2010, do IBGE, apontou o aumento de quase 23 milhões de indivíduos na população urbana em relação à contagem de 2000, passando de 137,9 milhões para 160,8 milhões de habitantes.

Como a grande maioria da população utiliza diariamente o transporte público coletivo, a prestação desse serviço assume grande importância na comunidade. Assim, o valor da tarifa praticada mostra-se relevante, por ser uma despesa essencial que interfere no orçamento das famílias.

Nada mais justo que o usuário seja informado não apenas do processo de revisão da tarifa, assegurado na Lei, mas também do processo de reajuste e dos fundamentos da decisão tomada pelo poder público em relação às mudanças.

Acreditamos que a proposta sob exame vem contribuir para o aprimoramento da mobilidade urbana, indo ao encontro do objetivo expresso no inciso V art. 7º da Lei em foco.

Para garantir ainda mais a consistência da Lei, há necessidade de um pequeno ajuste de redação no parágrafo único do art. 14, que trata do direito do usuário de ser informado em linguagem simples e compreensível sobre vários aspectos relativos ao Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, acrescentando os preceitos dispostos no Projeto de Lei em pauta.

Assim, votamos pela APROVAÇÃO, com louvor, do Projeto de Lei nº 3.546, de 2012, com a emenda desta relatora.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 2013.

Deputada ROSANE FERREIRA

Relatora

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 3.546, DE 2012

Modifica a Lei nº 12.587, de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de renumeração de serviço de transporte público coletivo.

EMENDA Nº 01

Acrescente-se ao art. 2º do projeto o seguinte dispositivo:

"Art. 14

Parágrafo único.

*IV – a fundamentação de decisão do poder público acerca de reajuste ou revisão de tarifas e respectivos processos."
(NR)*

Sala da Comissão, em 24 de abril de 2013.

Deputada ROSANE FERREIRA